

CBH Rio Grande prepara processo eleitoral

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande deu início à mobilização para o Processo Eleitoral, gestão 2020/2025. O edital foi divulgado, em dois de março, e o período de inscrição será entre os dias 1/04 a 30/04/2020. A ABES-MG já está preparando a documentação e irá concorrer novamente à uma das vagas destinadas às organizações civis. Atualmente, a ABES-MG ocupa a vaga de titular na categoria de entidades técnicas de ensino e pesquisa, representada pelo engenheiro Antônio Giacomini Ribeiro. O CBH Grande é composto por 65 membros titulares e respectivos suplentes. As vagas são distribuídas considerando os espaços territoriais e vocações socioeconômicas das 14 unidades de gestão de recursos hídricos existentes nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, sendo: União: três representantes; Poder Público Estadual: oito representantes; Poder Público Municipal: doze representantes; Usuários de Águas: vinte e seis representantes; e Organizações Civis: dezesseis representantes.

BH recebe o 3º simpósio do CBH São Francisco

Estão abertas, até 20 de março, as inscrições para o envio de trabalhos técnicos ao III Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O evento, que conta com apoio da ABES Seção Minas Gerais (ABES-MG), é promovido pelo Fórum de Pesquisadores de Instituições de Ensino Superior da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). O encontro será realizado entre os dias 31 de maio e 03 de junho, em Belo Horizonte (MG) e a programação contará com apresentações orais e painéis, palestras, conferências e mesas-redondas, exposições e reuniões temáticas. Os trabalhos submetidos devem estar relacionados a um dos seis eixos que integram o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia: Governança e mobilização social; Qualidade de água e saneamento; Quantidade de água e usos múltiplos; Sustentabilidade Hídrica no Semiárido; Biodiversidade; e requalificação ambiental. Além disso devem levar em conta a temática do III Simpósio, que é "A importância da ciência para o futuro do Rio São Francisco". Mais informações: www.abesmg.org.br

14º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos

23 a 25 de junho de 2020
Belo Horizonte/ MG



Prorrogado o prazo para envio de trabalhos técnicos!
Você pode enviar o seu resumo até 20 de março.



Para mais informações e inscrições acesse: <http://snrs.com.br/>

Seminário de Resíduos Sólidos recebe inscrições até 20 de março

ABES prorroga prazo para envio de trabalhos técnicos

O prazo para a inscrição de trabalhos técnicos para o 14º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, foi prorrogado para 20 de março de 2020. Em virtude do período de férias escolares e do feriado de Carnaval, a ABES optou por estender o prazo para que mais interessados possam encaminhar seu material de pesquisa. Promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), por meio de sua Câmara Temática de Resíduos Sólidos, e apoio da ABES-MG, o evento reunirá estudantes e especialistas de todo o Brasil. A edição 2020, que acontece em Belo Horizonte, de 23 a 25 de junho, trará como tema central "Os 10 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos", seus avanços, retrocessos e desafios. Serão abordados a gestão, o gerenciamento, as tecnologias e rotas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, implantação de aterros sanitários e encerramento de lixões, regulação e financiamento em sistemas de resíduos sólidos, coleta seletiva, logística reversa e a participação das associações e cooperativas de catadores. Além de palestras, painéis e apresentação de trabalhos técnicos, haverá espaço comercial e visitas técnicas. Inscreva-se: www.abesmg.org.br

Planos de Saneamento são adiados para 2022

Os municípios brasileiros terão até 31 de dezembro de 2022 para elaborar seus Planos Municipais de Saneamento Básico. O novo prazo consta no Decreto Nº 10.203/2020, assinado pelo presidente, Jair Bolsonaro. A partir de 2023, ele será requisito para acessar os recursos federais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para obras e ações de saneamento. A regra se aplica ao Orçamento-Geral da União (OGU) e linhas de financiamento que utilizam valores arrecadados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Apesar da Lei nº 11.445/2007 estabelecer a elaboração dos planos, a Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC), publicada pelo IBGE, em 2017, mostra que apenas 1.599 (28,7%) municípios haviam elaborado o documento contemplando os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem de águas pluviais. Por meio de seleção pública, a Secretaria Nacional de Saneamento do MDR, está auxiliando municípios e consórcios na elaboração dos PMSB. Além de viabilizar o repasse de recursos, para a contratação de consultoria e a elaboração do Plano, o apoio engloba a capacitação de servidores e técnicos, em diversas etapas do Plano.